

SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DOS ÚLTIMOS 05 ANOS

 <https://doi.org/10.56238/arev6n3-323>

Data de submissão: 25/10/2024

Data de publicação: 25/11/2024

Railene dos Santos Monteiro

Mestra e doutoranda em Ciências da Educação
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales
Orcid: 0009-0009-5499-6142

Ricardo Figueiredo Pinto

Pós-doutor em Propriedade Intelectual e Educação
Universidade do Estado do Pará
Orcid: 0000-0003-0323-485X

Kátia Silene Silva Souza

Doutora em Ciências da Educação
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales
Orcid: 0000-0001-7722-7199

Jamacy José Albuquerque de Souza

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal da Paraíba
Orcid: 0000-0003-2850-9522

Elcias Oliveira da Silva

Doutorando em Direitos Humanos
Universidade de Salamanca
Orcid: 0000-0002-5328-0865

Lúcia Beatriz Ott Ferreira

Mestre em Ciências e Tecnologias na Educação
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense
Orcid: 0000-0001-9933-0488

Leila Cristina Arantes

Mestranda em Estudos de Linguagens e em Educação
Universidade Federal de Lavras
Orcid: 0000-0002-4840-8828

RESUMO

Esta revisão sistemática de literatura (RSL) tem como objetivo levantar as pesquisas publicadas nos últimos cinco anos sobre o sistema educacional inclusivo no Brasil. A pesquisa utiliza uma metodologia de busca eletrônica no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com restrições específicas no idioma e palavras-chaves. A análise de resumo de forma manual resultou em 18 evidências que enfocam a política nacional de educação inclusiva na perspectiva da educação

especial (PNEEPEI), formação continuada de professores, trabalhos colaborativos, sala de recursos multifuncionais (SRM) entre outros. Foi feito um critério rígido de inclusão e exclusão para chegar a esta seleção de evidências. A exclusão de trabalhos que não tratam sobre o Sistema Educacional Inclusivo no ambiente escolar e a inclusão de trabalhos que já foram aprovados pela comunidade científica com critérios de revisão entre pares para artigos e aprovação e publicação de dissertação que reforçam a validade desta revisão sistemática.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação Especial. Direito à Educação.

1 INTRODUÇÃO

A segunda década do século XXI trouxe mudanças significativas à sociedade e consequentemente à Educação. A garantia do resguardo aos direitos humanos/fundamentais tem influência direta de documentos internacionais e nacionais. Tais reflexos podem ser observados ao que hoje se chama de sistema educacional inclusivo (BRASIL,2015), o qual visa ofertar a todos, sem exceções, o direito de aprender, estar na escola e ter acesso e permanência a uma educação de qualidade.

Vários são os documentos normativos internos que destacam a necessidade e a implementação da Política que norteie o sistema educacional inclusivo. Tanto que em 2008 surge a política nacional de educação inclusiva na perspectiva da educação especial (BRASIL,2008). Ainda que haja confusão e trata-se como sinônimo, há diferença entre educação inclusiva e educação especial. A Primeira visa incluir a todos que estão excluídos e se encontram a dita “margem da sociedade”, já a segunda trata-se de uma modalidade de Ensino (BRASIL,1996) presente em todos os níveis da Educação brasileira, seja Educação Básica ou Superior.

Por ser um tema com vastas pesquisas, se faz necessário fazer um levantamento dos últimos 05 anos sobre a temática. Afinal muito se retificou, seja com a revogação da política nacional de educação especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao Longo da Vida nos primeiros dias de 2023. Seja através de Ratificação recorrentes sobre o público alvo da educação especial especificado em todo os documentos normativos vigentes no país.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho parte de uma Revisão Sistemática (RS) que tem por objetivo levantar as pesquisas publicadas nos últimos cinco anos (2019 a 2023) sobre o sistema educacional inclusivo no/do Brasil, de modo que se utiliza como ferramenta a busca eletrônica no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e também na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Houve restrições específicas nas buscas, o idioma optou-se por português, e as palavras-chave utilizadas para ambos foi “Sistema Educacional Inclusivo”.

A busca ao CAPES oportunizou inicialmente 487 periódicos, mas seguindo o protocolo da RS, reduziram-se a ano, os cinco anos, 2019 a 2023, neste momento obteve-se 216 artigos, ocorre que muitos estavam em outras línguas, reduziu-se para apenas o idioma português, totalizou 85, e houve mais uma filtragem, os revisados entre pares chegou ao quantitativo de 54, após análise de resumo de forma manual chegou-se a 5 artigos.

Outro banco de dados utilizado foi BDTD, a primeira busca contabilizou 558 trabalhos, filtrou-se para dissertação o qual teve 434 quanto às defendidas e aprovadas nos últimos cinco anos 2019 a 2023 chegou a 123, quanto ao idioma português 120 e após a análise de resumo de forma manual chega-se ao total de 13 dissertações. De modo que esta RS terá como estudos primários os artigos e as dissertações supracitados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O sistema educacional é marcado por uma política de exclusão, afinal desde o começo as escolas foram/eram destinadas as classes mais abastadas da sociedade. No entanto, após influências de documentos internacionais e nacionais pode se vê a um crescente interesse na temática, tanto que nas 18 evidências selecionadas, estas enfocam à política nacional de educação inclusiva na perspectiva da educação especial(BRASIL,2008).

Esta pesquisa seguiu critério rígido de inclusão e exclusão para chegar às seletas evidências. Critérios de inclusão: (a) foram incluídos trabalhos publicados e disponíveis integralmente em bases de dados científicas. (b) trabalhos recentes (publicados nos últimos 5 anos) que já possuem aprovação pela comunidade científica, com critério de revisão entre pares(artigos) e as dissertações(aprovadas e defendidas); (c)foram incluídos os trabalhos que abordarem a temática sistema educacional inclusivo no que pese ao ambiente escolar.

Por outro lado, excluiu-se: (a) trabalhos que não trate sobre o sistema educacional inclusivo no que pese ao ambiente escolar. (b) trabalhos publicados como artigos curtos ou pôsteres anteriores a 2019; (c) trabalhos que não sejam revisados entre pares, em se tratando dos artigos e dissertações não defendidas e aprovadas; (d) que estejam em outros idiomas que não seja em português. Após levantamento a análise será feitas de acordo com os seguintes quadros, quadro 1 apresenta o resultado geral da RS de acordo com os dois bancos de dados nos sites <https://www-periodicos-capes.gov.br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscador-primo.htm> e <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. No quadro 2 apresenta-se o título dos artigos com seus autores e periódico publicado. No quadro 3 identifica-se as dissertações com seu título, autores, programas.

Quadro 1-Resultado geral da revisão sistemática realizada em abril de 2023.

Banco de dados	Material	Palavras-chaves	Resultados encontrados	Selecionados para análise
Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Artigos	Sistema educacional inclusivo	487	5

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	Dissertações	Sistema educacional inclusivo	434	13
Total			921	18

Quadro 2 Identificação dos artigos selecionados sobre a temática sistema educacional inclusivo.

Título	Autor /ano	Periódico
Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado	FRANCO; SCHUTZ(2019)	Saúde debate
A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a Problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus Efeitos	BEZERRA(2020)	Rev. Bras. Ed. Especial
Inclusão escolar: efeitos do plano nacional De educação nos planos municipais	RIGO; OLIVEIRA(2021)	Políticas públicas, avaliação e gestão
Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: conhecimentos e práticas dos professores da educação básica do município de Belo Horizonte	TURCI; LOURENÇO; SOUZA(2021)	Educação em Foco
Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: por uma (auto)crítica propositiva	BEZERRA(2021)	Roteiro, Joaçaba.

O artigo intitulado de “Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado” de autoria de Franco; Schutz(2019) trás a caracterização do Sistema educacional inclusivo(SEI) no Brasil paralelo aos direitos humanos sobre a ótica da Constituição Federal de 1988(CF/88). Dentre as várias contribuições acadêmicas/científicas, destaca-se as características do SEI:

a) Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI/2008): trouxe ganhos positivos ao sistema educacional brasileiro para Franco; Schutz(2019), tanto que surge como contraposição a uma escola especial que visava substituir á escola comum. A Educação Especial ganha novo status, sendo equiparada a uma modalidade de ensino

transversal, que visa incluir tanto socialmente quanto pedagogicamente os alunos da inclusão, de modo que é complementar ou suplementar, mas jamais substitutiva.

- a.1 Objetivo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: transversalidade da educação especial da Educação básica(Educação infantil: creche e pré-escola; Ensino Fundamental e médio) e Educação Superior(graduação, pós-graduação, curso de extensão e sequências); Atendimento Educacional Especializado(AEE) com oferta preferencialmente no contra turno; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o AEE e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.
- a.2 Sala de Recurso Multifuncional(SRM): espaço escolar com equipamentos próprios ao público alvo do AEE(PAEE), conforme legislação são os deficientes, transtorno global de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.
- a.3 Funções do professor do AEE: profissional que analisa individualmente os alunos público-alvo do AEE, cria estratégia complementar e/ou suplementar de acordo com a especificidade individual.
- a.4 Trabalho conjunto entre o professor do Atendimento Educacional Especializado e o professor da sala de aula, destacando-se a figura do profissional de apoio escolar: ambos singulares no fazer inclusivo, de modo que são contemplativo na ação de garantir o direito constitucional á educação ao público alvo do AEE.

O segundo trabalho analisado tem como tema “A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a Problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus Efeitos” de autoria de Bezerra (2020) trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental no qual destaca a figura do profissional de apoio à inclusão escolar, tendo vasta nomenclatura em documentos normativos, tais como: monitor ou cuidador (PNEEI); outros profissionais da educação(RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009), profissional de apoio(NOTA TÉCNICA SEESP/GAB nº 19/2010); acompanhante especializado(LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012) e profissional de apoio escolar(LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015).

Para a PNEEPEI e demais políticas, em síntese estes profissionais visam garantir a igualdade de oportunidades educacionais ao PAEE. No entanto, um dos empecilhos apresentado por Bezerra

(2020) é a capacitação desses profissionais que são em sua maioria, a depender do sistema educacional, estagiários ou profissionais com Ensino médio completo.

Nesse sentido, a pesquisa destaca que é fundamental que as políticas públicas voltadas para a Educação Especial e para a inclusão escolar considerem a formação adequada desse profissional, de modo a garantir a qualidade do serviço prestado. Além disso, é necessário que haja um diálogo estreito entre o profissional de apoio à inclusão escolar e os demais membros da equipe escolar, de forma a assegurar uma atuação integrada e colaborativa em prol dos alunos com necessidades especiais.

A presença de profissionais de apoio à inclusão escolar não pode ser vista como a única solução para a inclusão escolar efetiva. É preciso investir em políticas educacionais mais amplas, que garantam recursos e suportes a todos os estudantes, independentemente de suas características individuais. Dessa forma, a formação e o papel dos profissionais de apoio à inclusão escolar devem ser reavaliados, de modo a garantir que esses profissionais atuem de forma complementar aos professores especializados, sem substituí-los.

O terceiro artigo intitulado de “Inclusão escolar: efeitos do plano nacional de educação nos planos municipais”, de autoria de Rigo; Oliveira(2021) trata-se de uma pesquisa documental de análise qualitativa, tendo como objeto de pesquisa o Plano Nacional de Educação(PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, e os Planos Municipais de Educação(PME) de um conjunto de municípios do estado do Rio Grande do Sul. Os 25 planos analisados levou em consideração a meta 4 do PNE:

“Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”.

A contribuição do trabalho veio proporcionar e esclarecer o quão é importante a formação continuada dos professores para construir e solidificar os sistemas educacionais inclusivos, no entanto após análise de 25 PME, pode perceber que estes direcionam as ações e formações para os professores do AEE, pouco ou inexistente aos professores da sala regular, com base nos resultados constatou-se que os esforços são insuficientes, uma vez que não incluem os gestores, professores da sala regular e demais comunidade escolar.

O trabalho “Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: conhecimentos e práticas dos professores da educação básica do município de Belo Horizonte”, de autoria de Turci;Lourenço;Souza(2021) é uma pesquisa que tem como coleta de dado o questionário, destinado a docentes professores da educação básica do município de Belo Horizonte (BH),veio constatar que

há práticas inclusiva na rede municipal , por outro lado há muito a se fazer nas formação inicial continuada dos docentes e demais equipe escola, também destaca que há compreensão insuficiente do conceito de inclusão, falta de estrutura física adequada para receber alunos com necessidades especiais e a escassez de materiais e profissionais especializados em muitas escolas. Essas limitações podem prejudicar o desenvolvimento de práticas inclusivas efetivas e a oferta de uma educação de qualidade para todos os alunos. Para enfrentar esses desafios, o estudo sugere a necessidade de investimentos na infraestrutura das escolas, no aprimoramento da formação e capacitação de professores e no aumento da oferta de recursos e suporte especializados para as situações de ensino inclusivo.

O artigo intitulado de “Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: por uma (auto)crítica propositiva” de autoria de Bezerra(2021) trás crítica a PNEEPEI/2008 no qual considera o reducionismo da ação do AEE a uma sala equipada para atender individualmente o PAEE dissociada de uma sala de aula comum, com grupo seletivo previamente especificado. Outra crítica exposta é o modo de improvisado quanto a contratação de estagiários ou profissionais de apoio sem experiência para atuar junto a sala regular. Por outro lado, Bezerra(2021) trás a importância de discussões recentes no campo acadêmico do que pese a Educação Especial, como um planejamento educacional individualizado, desenho universal na aprendizagem, adequações curriculares e reorganização da política de formação e de carreira docentes.

Quadro 3-As dissertações sobre a temática sistema educacional inclusivo

Título	Autor/ ano	Programa/IES	Material
A política nacional de educação especial: um olhar sobre a Prática da educação inclusiva no centro de educação de jovens e Adultos (CEJA) Maria Joélia de Carvalho silva, no município de Pacajus-Ceará	JÚNIOR(2019)	Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas/Universidade Federal do Ceará	dissertação
Educação Especial: Análise e caracterização das salas de recursos multifuncionais no ensino fundamental 1 no município de Aracruz-Espirito Santo.	CRESCENCIO(2019)	Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento/ Universidade Presbiteriana Mackenzie,	dissertação
Educação especial e inclusão escolar na educação Infantil e anos iniciais do ensino fundamental	NASCIMENTO(2019)	Mestre em Educação/ Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão.	dissertação

Educação especial: desafios e perspectivas dos professores do Colégio de aplicação da universidade federal de Roraima	SILVA(2019)	Mestrado em desenvolvimento regional da Amazônia/ Universidade Federal de Roraima	dissertação
Educação inclusiva: o olhar de professores de ciências do Ensino fundamental II no município de Cascavel-PR	SCHINATO(2019)	Pós-Graduação em Educação em Ciências e Educação Matemática/Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE	dissertação
O Sistema Educacional Inclusivo Constitucional e o Atendimento Educacional Especializado	FRANCO(2019)	Pós-graduação em Saúde Pública/ Fundação Oswaldo Cruz	dissertação
Políticas de formação continuada de professores em uma Perspectiva inclusiva: uma abordagem reflexiva dos docentes do ensino fundamental I	AUGUSTO(2019)	(Mestrado em Educação) -- Universidade do Oeste Paulista	dissertação
O trabalho colaborativo no contexto da escola inclusiva	PEREIRA (2020)	Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	dissertação
A formação de professores em uma pós-graduação lato sensu para a atuação no atendimento educacional especializado	ATAIDE(2021)	Pós-Graduação em Educação/ Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	dissertação
A inclusão de alunos com deficiência nos anos finais do Ensino Fundamental: representações sociais de professores	MUCCI(2021)	Mestrado em Educação: Formação de Formadores/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	dissertação
O funcionamento do atendimento educacional especializado em escolas públicas do município de Parintins/Am	LIMA(2021)	Programa de Pós-Graduação em Educação Faculdade /Universidade Federal do Amazonas – UFAM	dissertação
A evolução das políticas públicas no Brasil no período 1990-2020: O que elas garantem para	PRADO(2022)	Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática/ Universidade Federal de São Carlos	dissertação

pessoas com NEE e/ou deficiência?			
O processo de construção da identidade docente no contexto da educação inclusiva	FREITAS(2022)	Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal do Triângulo Mineiro	dissertação

A dissertação intitulada de “A política nacional de educação especial: um olhar sobre a Prática da educação inclusiva no centro de educação de jovens e Adultos (ceja) Maria Joélia de Carvalho Silva, no município de Pacajus-Ceará”, de autoria de Júnior(2019) analisa o processo de inclusão escolar vivenciado no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) Maria Joélia de Carvalho Silva, no Município de Pacajus-CE, a partir do olhar dos sujeitos participantes do processo. É uma pesquisa bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso, a abordagem é qualitativa, método escolhido fenomenológico, a técnica de pesquisa descritiva, instrumento de coleta de dado, questionário , sujeitos são 8 professores do referido centro.

Tal pesquisa parte do documento norteador da PNEPEI/2008 à realidade do *locus* de estudo, e trouxe a contribuição de que a inclusão só acontece de forma colaborativa, confirmou a importância da formação de professores e demais profissionais da educação, ampliando suas habilidades e competências para atender de forma mais efetiva e inclusiva. Constatou a relevância da promoção e garantia do direito à educação inclusiva, reconhecendo as potencialidades e necessidades de todos os estudantes, independente das suas diferenças, garantindo uma educação de qualidade para todos.

O trabalho “Educação Especial: Análise e caracterização das salas de recursos multifuncionais no ensino fundamental 1 no município de Aracruz- Espírito Santo”, de autoria de Crescencio(2019), trata-se de uma pesquisa documental, bibliográfica e de campo a fim de levantar amostras relacionadas o processo escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial e caracterização das salas de recursos multifuncionais (SRM) do ensino fundamental 1 da rede pública no município de Aracruz/Espírito Santo. O *locus* da pesquisa teve 6 escolas polos das 24 existentes no município de Aracruz e análises das pastas da documentação dos 50 alunos. Constatou-se que as escolas seguem as diretrizes gerais para a EE, no entanto há necessidade da formação continuada do docente afim de que domine novos métodos e técnicas para incluir o público alvo da EE.

A dissertação de autoria de Nascimento(2019) intitulada de “Educação especial e inclusão escolar na educação Infantil e anos iniciais do ensino fundamental” descreveu a oferta e organização da modalidade EE em três municípios do Estado de Goiás, assim constatou que não há um delineador convergente na criação de uma diretriz local que pese sobre a temática, quanto aos profissionais, professor regente não atua ativamente com o PAEE, deixando essa tarefa para o profissional regente, trata-se de um agente sem formação pedagógica, sendo erroneamente confundindo com o professor de

apoio. Consta que 2 dos 3 municípios delegam os atendimentos do AEE, a instituições privadas, fortalecendo o sistema paralelo, quando na verdade deveriam fomentar o poder público e também 2 das 3 salas de recursos multifuncionais não ocorre no contra turno.

O estudo “Educação especial: desafios e perspectivas dos professores do Colégio de aplicação da universidade federal de Roraima” de autoria de Silva (2019) aborda a implementação da Sala de Recursos Multifuncionais e do Atendimento Educacional Especializado no contexto escolar, com foco nas dificuldades encontradas pelos professores do Ensino Fundamental I para lidar com alunos com deficiência. A pesquisa foi realizada com profissionais do Colégio de Aplicação da UFRR e buscou entender as estratégias utilizadas pelos professores para adequar as aulas às diferentes formas de aprendizagem, as dificuldades no processo de ensino, os recursos disponíveis e os resultados almejados. A pesquisa evidencia as mudanças já conquistadas e as dificuldades ainda encontradas na implementação da Educação Inclusiva. Quanto as mudanças conquistadas em sentido macro destaca-se as recentes políticas públicas voltada a inclusão escolar, no entanto a pesquisa constata dificuldades em sentido micro(lócus da pesquisa) que permeiam em torno de uma formação inicial/continuada dos docentes da sala regular, não orientação conjunta e inclusiva por parte da coordenação pedagógica, tal fato se deu pois há carência de pessoal, questões arquitetônicas não segue o ditame da acessibilidade, ausência da temática de EE nos documentos internos.

A dissertação “Educação inclusiva: o olhar de professores de ciências do Ensino fundamental II no município de Cascavel-PR” de autoria de Schinato(2019) discute os desafios enfrentados por professores de Ciências do Ensino Fundamental II em Cascavel-PR, no que pese ao trabalho com alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais em escolas regulares. A pesquisa realizada revela que a maioria dos docentes não teve/têm orientação na formação inicial/formação continuada para a prática de Educação Especial. Os dados também apontam dificuldades como falta de recursos, salas superlotadas e pouco tempo para o planejamento das aulas, além da falta de apoio governamental. Consta-se também a relevância na articulação entre as políticas educacionais, a gestão escolar e a formação docente para possibilitar uma inclusão escolar efetiva com qualidade.

A dissertação intitulada de “O Sistema Educacional Inclusivo Constitucional e o Atendimento Educacional Especializado”, de autoria de Franco(2019) tem como objetivo fazer um paralelo legal entre direito constitucional e educação inclusiva no Brasil. Com objetivo de ter dados concisos, a autora fez uma pesquisa bibliográfica e constatou-se que o paradigma educacional adotado no país é o da inclusão, que este visa garantir a igualdade de oportunidades para acesso e permanência dos alunos no ensino regular, não há previsão alguma de ambientes segregados ou salas especiais. Todos os alunos devem frequentar o ensino regular e receber o Atendimento Educacional Especializado, de forma

complementar e no turno inverso ao da escolarização. Esse atendimento deve ser oferecido considerando as especificidades dos estudantes com deficiência, a fim de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação desses alunos.

A dissertação “Políticas de formação continuada de professores em uma Perspectiva inclusiva: uma abordagem reflexiva dos docentes do ensino fundamental I”, Augusto (2019) constata carência de uma formação generalista para os professores da sala regular, necessidade de revisão nas práticas pedagógicas dos professores, com uma formação mais individualizada que valorize o potencial, competência e habilidades de cada professor. É preciso valorizar o papel do professor como agente transformador do processo educacional, e investir em sua formação e capacitação como forma de garantir um ensino mais justo e inclusivo para todos.

A dissertação intitulada de “Trabalho colaborativo no contexto da escola inclusiva” de autoria Pereira (2020) teve como objetivo investigar e analisar as ações, acerca do Trabalho Colaborativo, na área da Educação Inclusiva, aborda a importância do Trabalho Colaborativo em produções acadêmicas no contexto da escola inclusiva. O estudo foi realizado no Ambiente Virtual Cartografias, que é um repositório virtual construído colaborativamente por três universidades federais. O trabalho é fundamentado no Pensamento Sistêmico e em documentos legais que garantem a Educação Inclusiva. A análise mostra evidências sobre o Trabalho Colaborativo relacionado ao Atendimento Educacional Especializado e à formação docente, além do mais destaca que colaborar é um meio de garantir qualidade de ensino e direitos dos alunos na escola inclusiva.

A dissertação “A formação de professores em uma pós-graduação *lato sensu* para a atuação no atendimento educacional especializado” de autoria de Ataíde (2021) trata-se de um estudo de caso no qual objetivou a analisar a formação de professores em uma pós-graduação de nível especialização para atuação no AEE. Por ter como objeto de estudo a formação continuada a dissertação constatou que há necessidade de revistar e atualizar os componentes curriculares e a metodologia dos professores formadores em relação à educação de alunos com necessidades especiais. A pesquisa apontou a necessidade de busca por formação continuada por parte dos profissionais que atuam no AEE. A escolha dos professores formadores também deve ter um ajustes na estrutura curricular e na carga horária do curso. Constatou algumas fragilidades no Projeto Pedagógico do curso(PPC), que é considerado descontextualizado e sem pressupostos teóricos-metodológicos claros. A pesquisa trás sugestões quanto ao Estágio para este seja valorizado como componente curricular por possibilitar o contato direto com o campo de atuação e enriquecer a formação continuada dos estudantes.

A dissertação de autoria de Mucci(2021) intitulada de “A inclusão de alunos com deficiência nos anos finais do Ensino Fundamental: representações sociais de professores” tem como objetivo analisar as representações sociais de professores dos anos finais do Ensino Fundamental sobre a inclusão de alunos com deficiência matriculados nas salas regulares de escolas públicas. Os sujeitos da pesquisa, professores dos anos finais do Ensino Fundamental da Educação Básica de escolas públicas municipais de Itanhaém/SP, oportunizaram os resultados e consequentemente as discussões de que a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular é definida através da presença destes no recinto escolar. As atitudes em relação à inclusão estão relacionadas aos pré-requisitos que os alunos apresentam para a participação no ensino regular. Alunos com comprometimento são considerados como não aptos para a inclusão na escola regular. Outro visto como empecilho para o processo de inclusão são as famílias dos alunos com deficiência, pois muitas delas não são parceiras dos professores e cobram resultados acadêmicos de seus filhos, ignorando as diferenças individuais de cada aluno.

A dissertação intitulada de “O funcionamento do atendimento educacional especializado em escolas públicas do município de Parintins/Am”, de autoria de Lima(2021) aponta que a articulação entre professores de educação regular e de educação especial nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) ainda é tímida e pouco satisfatória, devido à incompatibilidade de horários e falta de planejamento conjunto e formação. Além disso, a parceria com a família do aluno também acontece de forma insuficiente, responsabilizando-a pelo não aprendizado do filho. Embora as professoras elaborem e executem o Plano do Atendimento Educacional Especializado, os recursos e materiais didáticos enviados pelo MEC muitas vezes não atendem às necessidades dos professores e alunos. Como resultado, as políticas públicas voltadas à educação especial precisam garantir condições de trabalho/ensino colaborativo ou coensino, e articulado entre professores e a comunidade escolar para garantir a inclusão dos sujeitos alvo da educação especial.

Prado (2022) intitulou sua dissertação de “A evolução das políticas públicas no Brasil no período 1990-2020: O que elas garantem para pessoas com NEE e/ou deficiência?” tem como objetivo analisar a produção de políticas públicas no período de 1990 a 2020, no sistema educacional brasileiro em âmbito federal, constatou-se por essa pesquisa que durante os governos Lula e Dilma, houve um avanço significativo em políticas de educação inclusiva, representando 54,1% do total. No entanto, desde o golpe sofrido pela ex-presidente Dilma e a chegada do atual governo de extrema direita, que reflete ideais neoliberais, houve retrocessos. A educação especial e a de pessoas com necessidades educacionais especiais foram negligenciadas, perpetuando a exclusão social. O discurso dominante na formação de professores também fortalece os ideais neoliberais e desvaloriza a carreira, tornando

necessária uma formação continuada efetiva que supere as lacunas deixadas pela formação inicial. Além disso, é necessário alinhar os currículos de formação com as necessidades educacionais especiais descritas em leis. O desencontro entre a formação de professores e a BNCC também é um retrocesso para a educação inclusiva.

Por fim, a última dissertação desta RS é intitulada de “O processo de construção da identidade docente no contexto da educação inclusiva” de autoria de Freitas(2022) tem como objetivo compreender como se constrói a identidade docente do professor regente que atua com alunos público-alvo da educação especial no contexto da educação inclusiva. Constata-se que a educação inclusiva é um desafio para os professores que enfrentam um sistema educacional que valoriza os resultados massificados em detrimento do trabalho pedagógico pautado nas diferenças. Além disso, a formação inicial e continuada dos professores não contempla as necessidades do futuro professor em conhecer o público que irá atender nas escolas, tornando-se espaço para atividades burocráticas. A falta de parceria com a família e a fragilidade da rede de atendimento são outros obstáculos que dificultam a inclusão educacional. Os professores da educação infantil, ao contrário de outras etapas da educação básica, se mostram mais sintonizados com atividades que contemplem as várias áreas do desenvolvimento humano. Esta pesquisa reforçou há necessidade de se ter o investimento público na educação inclusiva, subsidiando a formação profissional e a melhor estrutura das escolas para a execução de um trabalho significativo com todos os alunos.

Diante da vasta catalogação dos trabalhos publicados nos últimos 5 anos(2019 a 2023) que tratam sobre o Sistema Educacional Inclusivo no Brasil pode-se constatar que dos 5 artigos apresentados, pelo menos 3 permeiam em torno da PNEEPEI que nada mais é do que a principal política normativa em vigência no Brasil, propõem no decorrer do documento mudança de paradigmas ao se contrapor a atitudes discriminatórias que restringem o público-alvo da educação especial ao acesso à inclusão através da educação regular, disponibilizando recursos e serviços complementares ou suplementares ao processo de escolarização (BRASIL, 2008). É visto como responsável pelo processo de inclusão na escola comum, pois através da referida teve a presença das salas de recursos multifuncionais, além de inclusão do PAEE as salas de aulas regular que trata-se de um avanço significativo, pois outrora eram restrita as salas de aulas especiais, além do mais houve o surgimento de um profissional específico para atender no contra turno, o qual possui algumas funcionais primordiais, tais como:

“(..)competências para identificar as NEE para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias

para promover a inclusão dos alunos com NEE”(Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001).

Por outro, dos 5 artigos analisados, 2 de autoria de Bezerra(2020;2021) faz uma série de crítica a PNEEPEI, pois esta em vez de prever uma educação colaborativa entre professores do AEE e regular torna-se uma centralidade apenas no AEE, tanto que as formações os quais são primordiais aos profissionais da educação, centra-se apenas no professor do AEE, quanto o da sala regular que está constantemente com o aluno PAEE fica a mercê do sistema que nem se quer o inclui nas políticas formativas, outra questão criticada são as presenças dos profissionais de apoio escolar que são desprovidos de uma formação pedagógica e que a depender do sistema são estagiários ou possui apenas nível médio, e por diversas vezes o autor atenta para o ato substitutivo do professor regular por este profissional.

Quanto as 13 dissertações analisadas apresentam inúmeras contribuições importantes para a compreensão do processo de inclusão educacional no Brasil. A partir dos dados coletados, é possível constatar que a inclusão para de fato acontecer deve ser através da ação colaborativa(PEREIRA,2021),por meio de rede de conversação, é possível estruturar o processo de (re)constituição dos sujeitos. Uma estrutura de trabalho configurada, como um sistema aberto, pode contemplar, dinamicamente, o dia a dia de um contexto escolar ou seja, é necessária a articulação entre diversos profissionais da educação para garantir que todos os alunos tenham o direito à educação de qualidade. Além disso, a formação de professores é um elemento fundamental nesse processo, uma vez que amplia suas habilidades e competências para atender de forma mais efetiva e inclusiva.

Outra contribuição relevante diz respeito às mudanças já conquistadas em relação à inclusão escolar em sentido macro, por meio de políticas públicas (PNEEPEI,2008). No entanto, as pesquisas também constataam as dificuldades encontradas como a carência de formação continuada para a docente SCHINATO(2019), ausência da temática de educação especial nos documentos internos(NASCIMENTO,2019), falta de recursos e apoio governamental, entre outros fatores que dificultam a implementação da educação inclusiva.

É importante destacar ainda a relevância da articulação entre as políticas educacionais, a gestão escolar e a formação docente para possibilitar uma inclusão escolar efetiva com qualidade E essa articulação devem considerar as especificidades dos estudantes com deficiência para garantir que os recursos pedagógicos e de acessibilidade eliminem as barreiras para a plena participação desses alunos.

Esta RS ainda chama a atenção para o desafio que é a educação inclusiva para os professores, que enfrentam um sistema educacional que valoriza os resultados massificados em detrimento do trabalho pedagógico pautado nas diferenças. E, por isso, é necessário investimento público na educação

inclusiva, subsidiando a formação profissional e a melhor estrutura das escolas para a execução de um trabalho significativo com todos os alunos.

4 CONCLUSÃO

Esta RS oportunizou levantar evidências significativas e abrir os horizontes sobre o sistema educacional inclusivo no Brasil nos últimos cinco anos, após a análise constatou-se que há vastas discussões sobre a importância da PNEEPEI (BRASIL,2008). Os resultados indicam que as maiorias dos artigos reconhecem a importância da política e caracteriza-a como um grande avanço na educação especial. Entretanto, alguns artigos destacam vastas críticas a PNEEPEI(BEZERRA,2021) e do sistema educacional em geral, mostrando que ainda há muito a ser feito para que a educação inclusiva seja uma realidade em todas as escolas. Essas fases críticas envolvem a figura do profissional de apoio escolar e a necessidade de se trabalhar em conjunto professor do AEE com os das salas regulares.

Quanto as 13 dissertações analisadas evidencia que a inclusão escolar só é possível efetiva e inclusiva se acontecer de forma colaborativa(PEREIRA,2020), com a formação de professores(ATAÍDE,2021) e demais profissionais da educação, ampliando suas habilidades e competências. Ainda existem dificuldades na implementação da educação inclusiva, como a necessidade da formação continuada do docente, falta de recursos, salas superlotadas e pouco tempo para o planejamento das aulas, entre outras. Além disso, a parceria com a família do aluno ainda é insuficiente e a articulação entre professores de educação regular e especial nas salas de recursos multifuncionais é ainda tímida. É preciso, portanto, investir na formação profissional e na estrutura das escolas para garantir um ensino mais justo e inclusivo para todos.

Nos últimos anos, o sistema educacional inclusivo no Brasil vem apresentando avanços significativos, tanto em termos de políticas públicas quanto no desenvolvimento de práticas educativas mais inclusivas. Algumas das principais mudanças no arcabouço documental incluem: (a) Implementação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) em 2015, que estabelece direitos e garantias para as pessoas com deficiência, incluindo o acesso à educação inclusiva; (b) Crescente oferta de educação especial na rede regular de ensino, com a criação das salas de recursos multifuncionais e do Atendimento Educacional Especializado (AEE);

É importante destacar, no entanto, que ainda há muito a ser feito para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos no Brasil. Algumas das principais lacunas incluem a falta de investimento em infraestrutura e recursos humanos para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Esta RS se atentou apenas no sistema educacional inclusivo no Brasil, para além do que foi exposto, sugere-se um estudo mais aprofundado na avaliação da efetividade das políticas públicas

de inclusão educacional, especialmente em relação à garantia de acesso e permanência dos alunos com deficiência na escola; análise das práticas educacionais inclusivas em diferentes níveis de ensino e em diferentes contextos socioculturais; identificação dos principais desafios e obstáculos enfrentados pelos professores e profissionais da educação na implementação de práticas inclusivas; investigação dos efeitos da educação inclusiva sobre o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos alunos com deficiência e de seus colegas sem deficiência.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, Fernanda Aparecida. Políticas de formação continuada de professores em uma perspectiva inclusiva: uma abordagem reflexiva dos docentes do ensino fundamental I. 2019. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2019.
- ATAIDE, Janaina Correia Vidal. A formação de professores em uma pós-graduação lato sensu para a atuação no atendimento educacional especializado, Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba, 2021.
- BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Congresso Federal, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília. MEC/SECADI.2008.
- BRASIL. Resolução nº 2 de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. 2001.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília: DF, 2014.
- BRASIL. Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BEZERRA, Giovani Ferreira. "Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva: Por Uma (auto)crítica Propositiva." Roteiro Joaçaba, 2021.
- BEZERRA, Giovani Ferreira. "A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva: a Problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus Efeitos." Revista brasileira de Educação Especial, 2020.
- CRESCENCIO, Renato. Educação especial: análise e caracterização das salas de recursos multifuncionais no ensino fundamental 1 no município de Aracruz- Espírito Santo. 2019. 99 f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.
- DANTAS JÚNIOR, Francisco Eugênio. A Política Nacional de Educação Especial: um olhar sobre a prática da educação inclusiva no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) Maria Joélia de Carvalho Silva, no Município de PACAJUS-CEARÁ. 2019. 151f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza (CE), 2019.
- FRANCO, Adriana Marques Dos Santos Laia, and SCHUTZ, Gabriel Eduardo "Sistema Educacional Inclusivo Constitucional E O Atendimento Educacional Especializado." Saúde Em Debate, 2020.

FRANCO, Adriana Marques dos Santos Laia. O sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado. 2019. 98 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

FREITAS, Cinara Aline de. O processo de construção da identidade docente no contexto da educação inclusiva. Dissertação(mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2022.

LIMA, Merianne da Silva. O funcionamento do Atendimento Educacional Especializado em escolas públicas do município de Parintins/AM. 2021. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2021.

MUCCI, Daniela Horvath. A inclusão de alunos com deficiência nos anos finais do Ensino Fundamental: representações sociais de professores. 2021. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Formação de Formadores) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Formação de Formadores, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

NASCIMENTO, Selma Soares do. Educação especial e inclusão escolar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. 2019. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

PEREIRA, Renata Maria da Rosa o trabalho colaborativo no contexto da escola inclusiva- Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação.(2021).

PRADO, Isabelli Tesser. A evolução das políticas públicas no Brasil no período 1990-2020: o que elas garantem para pessoas com NEE e/ou deficiência? Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2022.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, publicado no Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001.

RIGO, Neusete Machado; DE OLIVEIRA, Morgana Maciel. "INCLUSÃO ESCOLAR: EFEITOS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NOS PLANOS MUNICIPAIS." Cadernos De Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), 2021.

SCHINATO, Liliani Correia Siqueira. Educação inclusiva: o olhar dos professores de Ciências no Ensino Fundamental II no município de Cascavel-PR.125 f. Mestrado em Educação em Ciências e Educação Matemática. 2019.

SILVA, Renata Morgado. Educação especial: desafios e perspectivas dos professores do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima, Mestrado em desenvolvimento regional da Amazônia UFRR. 2019.

TURCI, Deolinda Armani. LOURENÇO, E. Érika; SOUZA, Giovana Moura de. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: conhecimentos e práticas dos professores da educação básica do município de Belo Horizonte, Educação em Foco,2021.